

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGA E LICENÇAS

Memória Técnica da 1ª Reunião Ordinária da CT-OL com os Sindicatos Rurais das Bacias PCJ

23/08/2020 - 14:00

Reunião via videoconferência

Membros presentes	
Entidade	Representante
Associação Hortifrutiflores de Jarinu	Cassiano Cortesini (S) Waldir Parise (T)
CDRS	Denis Herison da Silva (T)
DAE Jundiaí	Maria Carolina Hertel Dutra e Simões (S) Maria das Graças Martini (S)
DAEE	Cecília de Barros Aranha (T) Ariana Rosa Bueno Damiano (S)
Mackenzie – Campinas	José Geraldo Romanello Bueno (S) Márcia Brandão Carneiro Leão (S)
Pró Flor Atibaia	Dirceu Kioshi Hasimoto (T)
SAA	Denis Herisson da Silva (T)
Sindicato Rural de Atibaia	Dirceu Kioshi Hasimoto (S)

P.M. de Analândia
P.M. de Arthur Nogueira
P.M. de Cordeirópolis
P.M. de Itatiba
P.M. Itupeva
P.M. de Jaguariúna
P.M. de Limeira
P.M. de Louveira
P.M. de Salto
P.M. de Várzea Paulista
Pantanal Análises
Quimica Amparo
Renove
SAAE Atibaia
SABESP
SANASA
SANEBAVI
Semear Consultoria
Sindareia
TOPOBIO

Membros com justificativa

Demais presentes

Entidades ausentes
ABCON
AEAA Atibaia e região
ASSEMAE
BRK Ambiental Limeira
BRK Ambiental Rio Claro
BRK Santa Gertrudes
6- Cia de Saneamento de Jundiaí
CIESP – DR Bragança Paulista
DAAE Rio Claro
DAE Santa Barbara D'Oeste
Dedini S/A
Edison das Poços Artesianos Ltda
Élogi Soluções Ambientais Integradas Ltda EPP
FRC Ambiental
OAB/SP

(T) – Titular (S) – Suplente (R) - Representante

1. Convite: O convite para a reunião foi enviado aos presentes por meio de mensagem eletrônica. Destacamos que em decorrência das medidas restritivas e de proteção sanitária adotadas por diversas organizações públicas e privadas voltadas ao enfrentamento da pandemia de COVID-19, a reunião foi realizada por videoconferência, através do link: <https://meet.google.com/vtn-atre-pyr>. Para isso, foi enviado, aos participantes, as normas constantes Deliberação Conjunta Ad Referendum dos Comitês PCJ nº 113/2020, de 22/05/2020, que regulamenta, em caráter excepcional, devido aos impactos da pandemia de COVID-19, a realização de reuniões e eventos não presenciais no âmbito dos Comitês PCJ e a NOTA TÉCNICA nº 01, Versão 01 (maio/2020), que trata das

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGA E LICENÇAS

Memória Técnica da 1ª Reunião Ordinária da CT-OL com os Sindicatos Rurais das Bacias PCJ

23/08/2020 - 14:00

Reunião via videoconferência

Orientações e procedimentos para a realização de reuniões e de eventos não presenciais, e ainda, é exigido quórum para realização e/ou início da reunião. **2. Abertura da Reunião Ordinária:** A abertura da reunião foi realizada pela Coordenadora da CT-OL Cecília de Barros Aranha, que agradeceu a presença de todos. **3. Informes.** Não houve informes. **4. Pauta:** A coordenadora da CT Cecília de Barros Aranha, fez uma breve apresentação dos assuntos que estão sendo tratados nos GT- Interação usos da água, informou que assim como os Sindicatos Rurais, associações e ongs, a CT-OL irá se reunir com outros setores usuários dos recursos hídricos com o objetivo conhecer um pouco mais sobre “onde estamos”, “como estamos” e “como fazer para avançar”, o foco dessa reunião foi conhecer um pouco mais sobre o setor rural para que possamos enquadrá-los na “Política de Outorgas e Licenças”, relembrou a proposta que foi apresentada na reunião de retomada da CT-OL, sendo um programa para apoiar os pequenos agricultores a se regularizarem perante os órgãos estaduais e federais, cujo o título é : “Programa de apoio a regularização de outorgas e licenciamento ambiental de produtores rurais familiares em microbacias prioritárias de abastecimento público nas Bacas PCJ.” Foi apresentado as premissas da Política onde fala o que fazer e o que não fazer, e como fazer. Foi explicado aos presentes que o objetivo é fazer algo simples de pouco impacto financeiro mais que seja funcional. **5. Temas de discussão do Plano de Trabalho da CT-OL:** Dando sequência a coordenadora apresentou os temas de discussão da CT-OL, sendo: a) Demandas hídricas das culturas irrigadas; b) atualização, regularização de outorgas, dispensas de outorgas e licenciamento ambiental dos usos de recursos hídricos nas atividades rurais; c) Buscas de recursos financeiros de fontes externas; d) Trechos de corpos hídricos de acordo com seus usos preponderantes e pretendidos; e) Cursos na plataforma EAD para os sistemas eletrônicos de outorga e licenciamento ambiental; f) Podcast e

Tutoriais para o usos dos sistemas eletrônicos de outorga e licenciamento ambiental; g) Diretrizes para outorga coletiva; h) Informação de banco de dados de outorga e licenciamento ambiental nas Bacias PCJ, incluindo a porção mineira; os quais serão de extrema importância no decorrer das reuniões para não perder o foco do programa. **5.1. Temas de discussão do Plano de Trabalho da CT-RURAL:** E os planos de trabalho da CT- Rural, onde foram identificados temas que podem contribuir para a Política de Outorgas e Licenças, sendo: a) alternativas visando a especificação da instalação de hidrômetros a serem utilizados nas propriedades rurais; b) Pagamento por serviços ambientais, para todas as áreas rurais; **5.2. Contribuição dos participantes:** Foi aberto a palavra aos participantes sem nenhuma manifestação até o momento. **6. Apresentação CT-RURAL:** Após essa apresentação o Sr. João Baraldi coordenador da CT-Rural solicitou a palavra, agradeceu a participação dos Sindicatos e fez uma breve apresentação do que já foi feito na CT-Rural, informou que após várias reuniões com um grupo da CT foi possível elevar o valor do uso insignificante de 5m3/dia para 15 m3/dia para água subterrânea e 25m3/dia para água superficial, também 30.000m3 para reservatório, isso foi de extrema importância para o setor rural pois a partir dessa mudança a cobrança estadual passou a respeitar esses limites, para efetivar a cobrança; **6.1.** Oportunamente em outra reunião foi esclarecido a questão das Portarias DAEE nº 5678 e 5679 de 2019, que falam sobre a questão da instalação dos hidrômetros nas captações e foi falado sobre os hidrômetros mecânicos, e foi pleiteado ao DAEE que disponibilizasse um aplicativo para os usuários rurais, na intenção de facilitar as declarações no Sidecc; **6.2.** Depois da fala do Sr. Baraldi, a Sra. Cecilia coordenadora da CT-OL retomou a palavra e abriu para que todos os presentes pudessem se manifestar em relação a futuras demandas que possam contribuir para a formação da Política que esta

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGA E LICENÇAS

Memória Técnica da 1ª Reunião Ordinária da CT-OL com os Sindicatos Rurais das Bacias PCJ

23/08/2020 - 14:00

Reunião via videoconferência

sendo formulada. **7. Apresentação do programa formulado pelo GT integração usos da água:** Em seguida o Sr. Denis fez a apresentação do programa formulado pelo GT integração usos da água, informou que foi feito um programa para apoiar os pequenos agricultores a se regularizarem perante os órgãos estaduais e federais, cujo o título é : “Programa de apoio a regularização de outorgas e licenciamento ambiental de produtores rurais familiares em microbacias prioritárias de abastecimento público nas Bacas PCJ.”

7.1. O programa de acordo com o Sr. Denis não será estendido a todos os produtores rurais, será apenas para as microbacias críticas definidas no Plano de Bacias.

7.2. De acordo com a apresentação uma parte dos usuário rurais não sabe ao certo a quantidade de água usada na propriedade, e por fim alguns não fazem uso de recurso hídricos para irrigação. Estima-se que nas Bacias PCJ 18% dos recursos hídricos são usados na área rural, 55% abastecimento público e 23% nas indústrias. Mesmo o uso rural sendo o menor, ele não é irrelevante, visto que estamos tratando de uma Bacia crítica

7.3. Sendo assim a proposta de programa para auxiliar o pequeno agricultor na instalação de hidrômetro e adaptação da captação superficial, tem por finalidade auxiliar na Gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ. **7.4.** A proposta inicial é que os usuários rurais regularizem seus usos e instalem equipamento medidor de vazão nos mesmos e se localizados em microbacias de abastecimento público sejam reembolsados do valor do medidor, sendo a contrapartida de 10% do valor, e como o repasse de dinheiro público não pode ser feita para pessoas físicas a sugestão é que os sindicatos e associações sejam tomadores desses recursos, sendo que eles se encarregariam de contratar um profissional que fizesse o projeto, a solicitação de outorga e licenciamento ambiental, a instalação de hidrômetro e orientasse como deve ser feita as leituras e declarações no Sidecc. **7.5**

Após a apresentação foi questionado aos presentes se há

interesse em participar desse projeto, se a ideia de fazer o repasse do dinheiro aos sindicatos pode ser amadurecida e não houve nenhuma manifestação. **7.6** A Sra. Cecília retoma a palavra e explica quais são as demandas a serem cumpridas, que como cada usuário rural tem uma característica, tem usos diferentes, tem que ter um profissional que os ajude a regular seus usos perante os órgãos licenciadores. **8.0** Foi aberta a palavra aos presente e o Sr. Fernando Rüter se manifestou perguntando se há uma previsão para que o Governo Estadual inicie a cobrança, e a Sra. Cecilia informou que a Cobrança já existe e que a única finalidade que não é cobrada é a de irrigação, e que em Rios de domínio da união a cobrança esta sendo feita para todas as finalidades; o Sr. Fernando então questionou que para os usos de recursos hídricos para irrigação em rios federais existe um indicador para a CT-Rural de comprovar a eficiência do uso da água e o fator de valores esta agregado a essa eficiência, desta forma ele sugere que seja feito um estudo para essa comprovação e que seja incluído no plano a definição do que é eficiente. **8.1** Em resposta a Sra. Cecília informou que dentro do plano de trabalho da CT-OL existe uma proposta para estudo de demanda hídrica na irrigação, e que nesse estudo pode ser definido o que é eficiente ou não, a intenção é que ele faça parte do Plano. **8.2** O sr. Fernando questionou sobre a integração de dados entre o Estado e a ANA, pois teve um caso em que ele declarava os dados usados para o Estado e recebeu um boleto para pagamento da ANA referente aos dados que não foram declarados, ele entendia que declarando no DAEE não precisava declarar na ANA, mais não é o que acontece, então sugere que seja pensado em alguma coisa para facilitar, ou seja do usuário declarar apenas em um sistema e seja repassado para os órgãos. **8.3** A Sra. Cecília falou que vai pesquisar sobre a questão e verificar o que pode ser melhorado. **8.4** A palavra foi passada para o Sr. Tiago da Agência PCJ que fez uma breve apresentação e esclarecimento sobre as atividades

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGA E LICENÇAS

Memória Técnica da 1ª Reunião Ordinária da CT-OL com os Sindicatos Rurais das Bacias PCJ

23/08/2020 - 14:00

Reunião via videoconferência

do plano de trabalho, que na categoria A, que seria as atividades de rotina, a CT deve apenas discutir os temas e a questão do hidrômetro, contratação de consultoria e outras atividades desse tipo tem que ser desenvolvido, para definir quem vai custear, tem que ser aprovada, passar na CT-PL e nas Plenárias e que até o momento não tem nada definido. **8.5** Definido isso a Sra. Cecília questionou ao Sindicatos presentes se havia mais algum item que gostariam que fosse incluído na Política de Recursos hídricos. **8.6** O Sr. Denis pediu a palavra e ressaltou que gostaria de deixar três questões para que sejam respondidas pelos Sindicatos e a CT-Rural, 1- Os hidrômetros devem ser custeados pelo poder Público, tendo em vista que quem utiliza as microbacias é a sociedade? ; 2- O Comitês PCJ poderiam custear esses hidrometro? 3- os Sindicatos tem interesse ou podem receber recursos da agencia PCJ para repassar aos irrigantes?; **8.7** aproveitando a s perguntas deixadas a Sra. Cecília também deixou alguns questionamentos em relação aos objetivos da Política de Recursos hídricos, 1- quem é o público alvo (Para quem)?; 2- Quais são os meios e instrumentos para execução (como faremos)?; 3- Quem são os atores e os arranjos institucionais (quem vai fazer)?; **8.8** A palavra foi passada ao Sr. Dirceu que em resposta aos questionamento anteriores, falou que não só os sindicatos, mais que existem outras entidades representativas, que no caso de Atibaia a Secretaria de Agricultura faz as outorgas para o pessoal da irrigação e que poderia gerenciar essa questão da instalação e operação dos hidrômetros, em relação aos recursos ele entende que a Secretaria não poderia receber e que teria que ser uma entidade, uma outra questão comentada foi que se foi possível a aquisição desses equipamentos para os produtores rurais provavelmente teríamos mais adesão as regularizações e declarações de consumo.**8.9** O Sr. Nilton solicitou a palavra, e falou que na região de Limeira tem muitas chácaras clandestinas, que é um grande problema, pois os pequenos agricultores são os que mais precisam de ajuda com relação a outorga e a

instalação de hidrômetros, e que o Sindicato Rural de Limeira esta aberto para ajudar os irrigantes. **9.** O Sr. Carlos Pereira do Sindicato de Mogi Mirim também se manifestou, informando que vê muito pouco recurso chegar aos agricultores, que como dito anteriormente como o público alvo é o mesmo todos devem se unir para que possamos ter mais resultados , informou também que na região de Mogi Mirim quando se fala em outorga, água, o pessoal tem uma certa resistência, e que com o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical, os sindicatos tem uma certa dificuldade em encontrar novos sócios, mais que a divulgação da Política e do plano pode contribuir muito, então sugere que seja feita uma campanha para que essas informações que vem tratadas nas Câmaras técnicas sejam divulgadas. **9.1** Em seguida a Sra. Cecília pediu para o Denis esclarecer quais seriam os agricultores beneficiados pelo programa proposto, então o Sr. Denis informou que seriam os agricultores familiares, enquadrados pelo Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. **9.2** E com relação aos loteamentos clandestinos conforme relatado, isso é um problema não só de Limeira, mais de todas as regiões que aos finis de semana as vezes não tem água nas propriedades rurais pela demanda das chácaras, e também a questão dos efluentes gerados, pois não tem um planejamento, e esse é o principal problema de saneamento nas áreas rurais. **9.3** O Sr. Wilson Tomaseto pediu a palavra, e sugeriu aos Sindicatos e aos agricultores presentes que se reúnam para fazer uma proposta para a CT, tendo em vista tudo que foi comentado na reunião. **9.4** A Sra. Cecília e o Sr. Denis se posicionaram a favor dessa manifestação do Sr. Tomaseto e enfatizaram a importância deles se reunirem e tomarem uma decisão e posicionamentos juntos, isso fortalece o setor. **9.5** A sra. Cecília perguntou sobre os materiais que eles precisam para ajuda-los, então o Sr. Tomaseto pediu que fosse enviado o material do programa, e os tópicos que precisam ser definidos para que os Sindicatos possam fechar esse assunto e expor

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-OL: CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGA E LICENÇAS

Memória Técnica da 1ª Reunião Ordinária da CT-OL com os Sindicatos Rurais das Bacias PCJ

23/08/2020 - 14:00

Reunião via videoconferência

tudo que eles precisam. **9.6** Ficou acordado que o contato então será o sr. João Baraldi, Nilton Piccin e Wilson Tomaseto para encaminhar os materiais e coordenarem a discussão no meio rural. **9.7** Todos de acordo, o Sr. João Baraldi pediu para que possa participar de todo acompanhamento do assunto em nome da Associação Vale Verde de Rio Claro, onde é representante. **10. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Cecília agradeceu a presença de todos e foi dada por encerrada a reunião.

Cecília de Barros Aranha
Coordenadora da CT-OL

Ariana Rosa Bueno Damiano
Coordenadora-adjunta da CT-OL

Cassiano Cortesini
Secretario da CTOL